

As alegorias das plantas nos dois lados do Atlântico (séculos XVII – XVIII)

Allegories of plants on both sides of the Atlantic

(17th – 18th centuries)

*Janaina Salvador Cardoso**

Doutoranda em História e Cultura Social pela UNESP

cardosojanaina@live.com

Palavras-chave: Plantas; alegoria; Igreja.

Resumo: As plantas estiveram presentes em diferentes escritos redigidos por leigos e religiosos durante o período moderno. As propriedades alimentares, virtudes terapêuticas e usos domésticos das espécies nativas do Velho e do Novo Mundo foram exploradas em cartas, crônicas, tratados e sermões redigidos em língua portuguesa. Para além dos usos cotidianos, alguns escritos também versaram sobre os significados espirituais das espécies vegetais, como fizeram Frei Isidoro de Barreira e Frei Antônio do Rosário. Ao versarmos sobre as obras redigidas por estes dois letrados, *Tractado das significações das plantas* (1622) e *Frutas do Brasil* (1702), exploraremos alegorias envolvendo as espécies vegetais e os comportamentos humanos, como as virtudes morais e principalmente, os vícios recorrentes entre os homens.

Abstract: Plants were present in different writings written by lay people and religious during the modern period. The nutritional properties, therapeutic virtues and domestic uses of native species from the Old and New World were explored in letters, chronicles, treatises and sermons written in Portuguese. In addition to everyday uses, some writings also dealt with the spiritual meanings of plant species, as did Friar Isidoro de Barreira and Friar Antônio do Rosário. When we talk about the works written by these two scholars, *Tractado das significações das plantas* (1622) and *Frutas do Brasil* (1702), we will explore the allegories involving plant species and human behavior, such as moral virtues and, above all, recurring vices among men.

Keywords: Plants; allegory; Church.

*Bolsista de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

O interesse dos homens pelas espécies vegetais remete aos mais antigos tempos. No caso dos portugueses, o deslocamento para terras distantes, como a América, foi marcado pela curiosidade diante de uma flora desconhecida e já na primeira metade do século XVI, sementes, folhas e flores passaram a circular entre o Velho e o Novo Mundo (GESTEIRA, 2013: 32). Para além da coleta e do transporte dos vegetais, os europeus quinhentistas precisaram conhecer as formas adequadas de manipular, cozer e preparar as plantas americanas. Diferentes portugueses, leigos e religiosos, aprenderam com os indígenas do Brasil a identificar as plantas que serviam para alimentação, outras que eram valiosas para os cuidados com a saúde e algumas que, pela presença de toxinas, deviam ser consumidas com moderação ou até mesmo, evitadas (MARQUES, 1999: 22).¹

Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, religiosos de diferentes ordens se deslocaram à América portuguesa e em meio às atividades evangelizadoras, também se dedicaram a explorar a vasta vegetação que brotava neste território.² Em cartas, crônicas e tratados redigidos durante estas três centúrias, estes homens escreveram sobre a incorporação das plantas em diferentes atividades, como práticas médicas e a manutenção dos meios de transporte naval (CARDIM, 1925; DANIEL, 2004; LISBOA, 1967; SOARES, 1966; VASCONCELLOS, 1663). Juntamente com estas práticas cotidianas envolvendo as plantas americanas, alguns religiosos recorreram à literatura bíblica para decifrar as origens, os mistérios e os significados de algumas ervas, árvores

¹ O Ir. José de Anchieta (1534-1597), professo da Companhia de Jesus, foi autor de diferentes cartas endereçadas aos irmãos e padres jesuítas na segunda metade do século XVI, período em que integrou a missão evangelizadora do Brasil. Em diferentes epístolas, Anchieta descreveu diferentes espécies vegetais encontradas neste território e evidenciou seus usos, pontuando, também, alguns cuidados que deveriam ser tomados. Em carta endereçada ao Padre Geral da Companhia de Jesus, em 1560, Anchieta comenta sobre uma árvore encontrada na capitania de São Vicente e de cujo tronco se extraía um bálsamo denso, que se consumido em pequenas quantidades, “relaxa o ventre e limpa o estômago”. O religioso, no entanto, evidencia que a quantidade ingerida devia ser apenas “quanto caiba em uma unha e isso mesmo diluído em muita água”, pois se o líquido fosse ingerido em volumes maiores, “incomoda extraordinariamente, queima a garganta e mata” (ANCHIETA, 1933: 127).

² A partir de 1549, quatro ordens religiosas se deslocaram pelo Atlântico e se dedicaram ao empreendimento missionário nas capitanias do Brasil e em finais do século XVI, a colônia portuguesa na América já contava com igrejas, colégios, conventos e mosteiros administrados pelos religiosos da Companhia de Jesus, da Ordem de São Bento, da Ordem dos Frades Menores e da Ordem do Carmo (HONOR, 2014; LEITE, 2006; SOUZA, 2004; WILLEKE, 1974).

e frutos.³ Pautando-se na Sagrada Escritura, estes letrados católicos construíram diferentes alegorias e metáforas envolvendo as espécies vegetais e a vida cristã.

Um destes homens foi o Frei Isidoro de Barreira (? – 1634),⁴ professo da Sagrada Ordem de Cristo e autor do *Tractado das significações das plantas, flores, e fructos que se referem na Sagrada Escripura*,⁵ impresso em 1622. Nesta obra, o religioso reuniu as interpretações das espécies vegetais que foram mencionadas nos sessenta e seis livros que compõe a Bíblia. Ao se pautar nesta literatura, Barreira considerava as plantas como seres divinos, criados pelas mãos de Deus e capazes de representar os desígnios do Criador para o mundo terreno (RITCHEY, 2014: 2). Assim, para o letrado, identificar os significados morais atribuídos à flora era uma forma de relembrar as virtudes morais e principalmente, os pecados cometidos.

Das tantas espécies analisadas em seu *Tractado*, o religioso da Sagrada Ordem de Cristo concedeu destaque à oliveira, cujos ramos eram desenhados nas moedas imperiais e constantemente lembrada como a planta que indicou o fim do dilúvio (A BIBLIA, 1885: 5), motivo pelo qual a espécie passou a significar a relação de paz entre Deus e o mundo, principalmente após os momentos de caos (BARREIRA, 1622: 99-100). Para aqueles que desejavam uma vida virtuosa, a paz representava um conjunto de degraus que deveriam ser escalados, como afirma o frade na seguinte passagem:

porque o vencer o homem os ímpetos da cólera, por não perder a paz, é o primeiro degrau que sobe: e o reconciliar-se com seu irmão, quando o sente agravado, por ter paz com ele, é o segundo degrau, em que se põem: e o que não dá mal por mal, nem procura vingança, por conservar o bem da paz, sobe ao terceiro degrau: o que perdoa a injúria, que se lhe faz, fica outro degrau mais acima: e o que quer bem a seu inimigo, e roga por ele a Deus, vai outro degrau adiante: o que está aparelhado a perder todos os bens da vida por amor de Deus, e de possuir a paz de Deus, mais alto que todos sobe:

³ Cabe ressaltar que as plantas estiveram presentes logo nas primeiras páginas da Bíblia. De acordo com o livro do Gênesis, após ter criado o céu, a terra, a luz e as águas, Deus se dedicou às espécies vegetais e assim, “produziu a terra erva verde, que fazia semente segundo o seu gênero, e árvores que davam fruto, e que cada uma tinha semente segundo a sua espécie. E viu Deus que isto era bom” (A BIBLIA, 1885: 1).

⁴ Isidoro de Barreira nasceu em Lisboa, provavelmente na segunda metade do século XVI e obteve o hábito da Ordem de Cristo em 1606, sob o qual conquistou os títulos de Mestre e Pregador da Ordem (BARBOSA, 1747: 915-916). De acordo com as informações anunciadas na *Bibliotheca Lusitana*, impressa em 1647, o frade era um sujeito “continuamente aplicado à lição dos livros” (BARBOSA, 1747: 916), como se vê pelas obras de sua autoria que foram impressas no século XVII. A primeira delas foi *História da vida, e martírio da gloriosa Virgem Santa Eria freira da Ordem do Patriarca S. Bento*, publicada em 1618 e seguida pelo *Tractado das significações das plantas*, que apresentaremos neste breve ensaio. O frei também foi responsável pela tradução da *Regra do nosso glorioso Padre S. Bento Abade, Confessor, e Patriarca de todas as Religiões*, publicada em 1623 e neste mesmo ano escreveu a *Comédia famosa de Santa Maria Egípcia*, que parece ter sido a única obra que permaneceu sob forma manuscrita.

⁵ Todas as citações presentes neste texto passaram por atualização ortográfica, visando maior fluidez na leitura.

mas aquele que chega a possuir a verdadeira caridade, que é o vínculo da paz, este é o que chega acima da torre, e goza daquela abundância de paz (BARREIRA, 1622: 102-103).

A paz, segundo Barreira, era o elo que permitia aos homens se relacionarem entre si e estabelecerem um vínculo com Deus. Como explicado pelo religioso, o sujeito virtuoso saberia lidar com os momentos de ira, teria a capacidade de perdoar, não praticaria a vingança, amaria ao seu inimigo e a Deus, e após todos os obstáculos enfrentados, chegaria ao topo desta torre e alcançaria a caridade. Em cada momento de sua vida, como situações conflitantes ou que demandavam uma maior reflexão, o cristão teria a oportunidade de exercitar sua paz e a partir dos seus desígnios, poderia optar em seguir pela escada das virtudes e se distanciar do caminho vicioso (BARREIRA, 1622: 103). Este desejo pela vida virtuosa não envolvia apenas uma escolha espiritual, mas demandava um interesse racional do indivíduo. O sujeito cujas próprias vontades o designassem para a escada virtuosa poderia desfrutar, plenamente, de cada uma das quatro virtudes morais: a prudência, a coragem, a temperança e a justiça (SHERWIN, 2012: 111).

No *Tractado*, as cento e novas espécies vegetais mencionadas pelo autor foram apresentadas de acordo com os significados que lhes foram atribuídos pelos “Santos Padres e Doutores Teólogos” (BARREIRA, 1622: não paginado) e apenas quando necessário, o autor afirma ter recorrido “a letras humanas, e verossímeis razões”, a fim de complementar suas informações (BARREIRA, 1622: não paginado). A partir das considerações de diferentes letrados,⁶ o religioso dissertou sobre as definições de árvores, flores e frutos ao longo de três ou quatro considerações. Algumas plantas, no entanto, demandavam mais referências e explicações do que outras. Isto ocorria porque certas espécies eram dotadas de mais de uma definição, como era o caso da romã, cujo fruto representava a conformidade, a flor significava a perfeição, a casca era associada à ideia de modéstia e o seu vinho remetia às lágrimas (BARREIRA, 1622: 144-171). Logo em suas primeiras páginas, Barreira aponta que ao reunir estas tantas observações, seu intuito não era oferecer apenas um agradecimento a Deus pelos dons recebidos, mas instruir os homens “no procedimento do caminho do Céu” (BARREIRA, 1622: não

⁶ Frei Isidoro de Barreira aponta que diferentes homens escreveram sobre a natureza das plantas, como Asclepiades (120 a.C – 40 a.C), Heraclides (387 a.C – 312 a.C), Plínio (? – 79), Teofrasto (372 a.C – 387 a.C), Dioscorides (40 – 90) e Clusio (1525-1609). No entanto, nenhum deles teria abordado os significados das plantas, como era a proposta de Barreira em sua obra (BARREIRA, 1622: não paginado).

paginado) e que por meio das plantas mencionadas, eles “colham [o] fruto com que adquiram a vida eterna” (BARREIRA, 1622: não paginado).

Semelhante interesse em apreender os significados morais das espécies vegetais pode ser avistado no outro lado do Atlântico. Quase um século depois da publicação da primeira edição do *Tractado*,⁷ Frei Antônio do Rosário (1647 – 1704)⁸, religioso da Ordem dos Frades Menores e vinculado à Província Capucha de Santo Antônio do Brasil, incorporou as espécies brasílicas em sermões e parábolas que abordavam as virtudes, os costumes e os desvios praticados por diferentes moradores dos trópicos. As alegorias envolvendo os pomos tropicais e a sociedade colonial de finais do século XVII e início do século XVIII foram apresentadas por Rosário em *Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à santíssima Senhora do Rosario*, impressa em 1702.

Em *Frutas do Brasil*, Antônio do Rosário escreve sobre uma monarquia composta pelas frutas existentes na América portuguesa, seres que pertenciam ao reino dos céus e ao reino dos homens e que, inspiraram-se na sociedade colonial para criar a sua própria monarquia (FERREIRA, 2021: 29). Ao conceber uma monarquia das frutas, Frei Rosário não apenas se baseou no reino português, como reproduziu a hierarquia social vigente, apresentando uma sociedade composta por um Rei, uma Rainha e três estados – eclesiástico, nobreza e povo. Para o franciscano, todos os seres que compunham a monarquia das frutas “são como Deus os fez; e a natureza os criou para glória do Criador”, isto é, seres que serviam para “sustento do corpo [e] edificação da alma, com as moralidades místicas e espirituais” (ROSARIO, 1702: não paginado). Segundo Rosário, era fundamental compreender as “moralidades” que Deus atribuiu às frutas e que eram apreendidas a partir das propriedades naturais de cada espécie como o aroma, o sabor, a cor e o seu formato (ROSARIO, 1702: não paginado). Assim, o frade

⁷ A obra de Frei Isidoro de Barreira contou com uma segunda edição, publicada após sua morte, no ano de 1698. Cf. BARREYRA, 1698.

⁸ Antônio de Santa Maria era natural de Lisboa e iniciou sua vida religiosa em 1671, quando adotou o hábito dos Agostinhos Descalços. Enquanto esteve vinculado à ordem agostiniana, Antônio de Santa Maria redigiu e publicou duas obras: *Martiroológico Singular da Invictíssima Japonesa a Venerável Virgem Maria Magdalena Mantelata dos Agostinho Descalços* (1675) e *Sermam das almas* (1678). Alguns anos depois, o frade passou à Ordem de São Pedro e após a profissão de votos, cruzou o Atlântico e chegou ao Brasil, onde atuou como presbítero secular. Em 1686, o frade passou à Ordem dos Frades Menores e vinculou-se à Província Capucha de Santo Antônio do Brasil. Sob a ordem seráfica, o religioso adotou o título “Frei Antônio do Rosário”, em referência ao Convento de Olinda e até o final de sua vida produziu diferentes escritos dedicados à Nossa Senhora do Rosário, como *Feira Mística de Lisboa: armada em uma trezena do divino português Santo Antonio* (1691) e *Carta de Marear* (1698). (MACHADO, 1741: 377-378; FERREIRA, 2021: 9-14).

relega “as virtudes, e propriedades naturais” das frutas para o cuidado de médicos e cirurgiões corporais e toma para si, apenas a identificação das “moralidades” que envolviam virtudes, vícios e costumes recorrentes entre os católicos, bem como os valores morais que deviam ser propagados entre os moradores dos trópicos (BIRON, 2009: 51).

Assim, a estrutura desta doce monarquia era composta pelo rei ananás, a rainha cana-de-açúcar e três estados que reuniam trinta e quatro pomos distintos. Ao versar sobre o estado Eclesiástico, na terceira parábola que compõe sua obra, Rosário recorre à figura do mamão para apresentar como eram assimiladas as virtudes naturais e morais da fruta.

No estado Eclesiástico há Pastores, Párocos, e Curas de almas; estes têm duas castas de frutas que imitar, Mamões, e Umbus: o Mamão é excelente fruta, tem a semelhança, e sabor de Melão, come-se a toda a hora sem fazer dano, compõem os humores, refrigera o fígado: estas virtudes naturais do Mamão moralizadas, são o zelo, a caridade, a diligência, o amor de Deus, e do próximo, que devem ter os que tem almas a seu cargo (ROSÁRIO, 1702: 109-110).

Pautando-se em uma das cartas escritas por São Paulo,⁹ o franciscano anuncia o estado eclesiástico como sendo “o almíscar, a algália, o âmbar de Cristo” e afirma que seus sacerdotes “devem cheirar a Cristo de que são imagens, devem cheirar a santidade” (ROSÁRIO, 1702: 107). Segundo Rosário, como os sacerdotes eram exemplos de conduta para todos os cristãos, o cheiro de suas virtudes deveria exalar por onde passassem. Assim, as frutas que compunham o estado Eclesiástico eram aquelas de odor acentuado, como o mamão e o umbu. No caso do mamão, além do seu aroma forte e adocicado, semelhante ao melão, o religioso notou a recorrência de propriedades naturais que possibilitavam o controle dos humores e do fígado e serviam para remediar as câmaras de sangue (HUE, 2008: 40-41). Rosário afirma que estas virtudes, ao serem moralizadas, remetiam respectivamente ao zelo, à caridade, ao cuidado e ao amor que os religiosos deviam manter perante Deus e o seu próximo.

Escrevendo em tempos e localidades diferentes – Frei Barreira, na primeira metade do século XVII, referindo-se às espécies bíblicas e Frei Rosário, no início do Setecentos, contemplando a flora brasílica – estes dois letrados partilharam de uma

⁹ Ao chegar em Corinto, São Paulo declara que, desde o início de suas pregações, vinha difundindo o cheiro do conhecimento por todos os lugares. Segundo São Paulo, os Apóstolos e aqueles que seguiam vida de Jesus Cristo partilhavam do “bom cheiro de Cristo, nos que se salvam, e nos que parecem”. Para alguns homens, aquele poderia significar o cheiro da morte, mas para outros, como era para São Paulo, remetia ao cheiro da vida (A BIBLIA, 1885: 689).

percepção semelhante sobre a natureza, de que as espécies vegetais, enquanto parte da criação divina, podiam servir como instrumentos para que homens e mulheres observassem suas próprias condutas, analisassem suas virtudes, identificassem seus desvios e a partir desses exemplos advindos do mundo natural, dedicassem-se a uma vida virtuosa. Desse modo, tendo em vista as reflexões levantadas pelo Frei Isidoro de Barreira e Frei Antônio do Rosário, abordaremos algumas das alegorias morais e dos significados divinos que foram atribuídos às ervas, árvores e frutos anunciados no *Tractado das significaçoens das plantas* e em *Frutas do Brasil*.

Das virtudes

Ao pensarmos nas virtudes cristãs, cabe ressaltar que estas não dependem apenas de uma aptidão para o bem, mas sim, que exista uma inclinação moral do indivíduo em empregar tal aptidão em ações virtuosas (SHERWIN, 2012: 107). Porém, no caso das plantas, não é possível observar este tipo de aptidão ou inclinação, uma vez que estas criaturas não são providas de algum tipo de vício ou virtude moral.¹⁰ Ainda assim, ao serem admiradas e apreendidas sob um olhar cristão, as plantas nativas do Velho e do Novo Mundo serviram para que os católicos identificassem se estavam conduzindo suas almas ao paraíso ou direcionando-as ao inferno.

Para apresentar as diferentes espécies, Frei Isidoro de Barreira considerou pertinente iniciar as considerações de seu *Tractado* com a figura da árvore, que remetia ao homem. A escolha da árvore, e não de uma espécie em particular, é justificada pelo fato de que todas as árvores partilhavam das mesmas etapas da vida humana, passando pela “mocidade, e velhice: doenças gerais, e particulares, como no homem” (BARREIRA, 1622: 1). De acordo com o religioso, o modo com que estas plantas se desenvolviam, sempre direcionadas para cima e com as raízes fortes, fincadas na terra, era um modelo para a conduta dos cristãos, pois, aqueles que desejassem seguir pelo caminho das virtudes, deviam, primeiramente, lançar suas “raízes no centro da terra” (BARREIRA, 1622: 3) e apenas com o passar do tempo, estes homens estariam aptos a

¹⁰ Aristóteles foi um dos letrados antigos que, em seus escritos, refletiu sobre a composição dos seres vivos. Em *Peri Psykhês*, obra escrita ao final de sua vida, o grego pontua que a distinção entre os seres animados e os seres inanimados é a recorrência de atribuições como nutrição, percepção, locomoção e intelectão. No caso das espécies vegetais, além de observar o seu direcionamento nos sentidos de crescimento e decaimento, Aristóteles também identificou a existência da potência nutritiva, que compreendia a atividade de alimentação das plantas (ARISTÓTELES, 2006: 74-77).

“se levantarem ao Céu” (BARREIRA, 1622: 3). O crescimento moral, visando alcançar o paraíso divino, devia ser acompanhado por uma vida modesta e espelhada na simplicidade da árvore que, antes de crescer, permanecia com seu tronco retorcido, direcionado ao solo, aguardando o tempo adequado para o seu amadurecimento (BARREIRA, 1622: 3).

A árvore só conseguia direcionar seu tronco ao céu se suas raízes estivessem bem presas ao solo, posicionadas em uma profundidade suficiente para que pudesse sobreviver às tempestades e ventanias. De modo semelhante à árvore, o cristão virtuoso devia manter suas raízes presas na mais importante das virtudes, a caridade. Barreira afirma que os homens justos e aqueles “que têm feito raízes no centro das virtudes” (BARREIRA, 1622: 10), não se abalam diante das tribulações, “nem os ventos os movem, nem males os enfraquecem, antes os fazem mais fortes, e preparam para maiores rigores” (BARREIRA, 1622: 10). A caridade não envolvia apenas o amor ao seu semelhante, mas uma constante prática de boas ações, que possibilitava ao cristão uma maior proximidade com Deus (CELANO, 2015: 202). O sujeito que promovesse a caridade de forma involuntária, sem pensar em eventuais recompensas ou conquistas, teria forças suficientes para enfrentar as tentações e infortúnios que surgissem ao longo de sua vida.

Assim como a raiz era responsável pelo sustento de toda a árvore, a caridade era a virtude que devia conduzir todos os desejos e obras realizados. Na visão de Barreira, o cristão que conservasse suas raízes alojadas na terra da santidade, se tornaria uma “árvore fundada em virtudes” (BARREIRA, 1622: 38) e, conseqüentemente, “os seus ramos que são seus desejos mostrarão santidade, porque do coração limpo procedem os bons propósitos, e da alma santa os bons desejos” (BARREIRA, 1622: 38). Após o crescimento da raiz e do seu tronco, a árvore começava a produzir seus primeiros ramos que, na leitura de Barreira, remetiam aos desejos alma humana. Ao cristão, recaía a função de reconhecer e controlar seus desejos, sobretudo aqueles que envolviam “coisas proibidas”, pois eram estes que possuíam “o apetite mais forte, e violento, e o fruto mais agradável” (BARREIRA, 1622: 34). Desse modo, era necessário saber refrear os ramos da árvore que, conforme cresciam e se tornavam mais fortes, podiam se direcionar aos mais diferentes pecados, como a gula e a luxúria.

Para um maior controle de seus desejos, sobretudo os corporais, outras virtudes deviam ser praticadas pelos cristãos, como a prudência. A prudência se relacionava ao

bem-viver e compreendia a arte da escolha, ordenando as ações do indivíduo para uma finalidade que estivesse pautada na bem-aventurança e na caridade (CELANO, 2015: 179). Um sujeito prudente reconhecia o perigo existente nos apetites excessivos e por isso, sabia como conduzir suas ações, visando uma vida virtuosa. Para Frei Antônio do Rosário, estas duas virtudes – caridade e prudência – eram fundamentais no exercício de um bom governante. Na metafórica monarquia narrada pelo franciscano, o ananás era o rei das frutas, dotado de “insígnias reais com que a natureza o produziu tão singular”: uma coroa natural, uma roupa real e espinhos que eram como arqueiros que o protegiam (ROSÁRIO, 1702: 1). Em conjunto com tais atributos físicos, estavam as moralidades do monarca: a justiça, a temperança, a clemência e “a princesa das virtudes, que é a prudência, porque sem esta não há saber o dissimular para reinar” (ROSÁRIO, 1702: 4).

O ananás trazia em seu nome,¹¹ em suas dimensões físicas e em suas moralidades, todas as virtudes admiradas em um rei. Todos aqueles que se dedicassem ao governo dos homens, sabiam que, na condução do seu ofício, se deparariam com homens bons e maus e portanto, além da prudência, outros dois atributos lhes eram necessários: justiça e misericórdia. Ao versar sobre a prudência observada no ananás, Rosário afirma que “a bondade somente no que governa, não é boa, porque sendo bom o que governa, pode ser mau o seu governo; sendo bom para si, será mau para os outros; e por isso convém ser como o Rei dos pomos, brando, e severo” (ROSÁRIO, 1702: 4). Enquanto sujeito prudente, o monarca devia agir de maneira justa, isto é, sendo “suave, e delicioso, para os sãos, que são os beneméritos” e do mesmo modo, “severo, e nocivo para os feridos, e chagados, que são os rebeldes, e criminosos” (ROSÁRIO, 1702: 5).

Rosário identificou estes traços do comportamento do monarca a partir das virtudes terapêuticas e de alguns cuidados que deviam ser tomados por aqueles que consumiam o ananás. Conforme observado desde o século XVI, o ananás era uma fruta valiosa para expurgar as lombrigas, os cálculos renais e os humores excessivos do corpo. Estas virtudes terapêuticas atribuídas à fruta, provavelmente, estiveram relacionadas à acidez de seu sumo, sobretudo quando o ananás ainda não havia concluído o seu processo de maturação (CARVALHO, 2020: 11). Esta mesma acidez,

¹¹ De acordo com Frei Rosário, “se os nomes são sinais das naturezas que os tem”, o Ananás podia ser compreendido como “o fruto que melhor significa a Senhora do Rosário, porque contém a origem da sua cheia de graça, de que está cheio o Rosário”. Ainda que o termo “annanascitur” – que significa “nascido de Ana”, uma referência à Santa Ana, mãe de Maria e avó de Jesus Cristo – tenha mais letras que a palavra “ananás”, Frei Rosário afirma que em nada se diminuem os mistérios presentes no pomo, pois “também se pode dizer que Annanascitur, é Ananás, o mais sublime, e majestoso fruto desta terra, a metáfora, a significação, e o retrato do Rosário” (ROSÁRIO, 1702: 21).

no entanto, podia proporcionar reações adversas em alguns indivíduos, como nas mulheres grávidas, que deviam evitar o consumo do ananás “verde”. O pomo também não era recomendado àqueles que estivessem com feridas abertas sobre o corpo, pois podia causar irritações nas mucosas da pele (SALVADOR, 1889: 14).

Nesta monarquia dos trópicos, a cadeira posicionada ao lado do ananás era ocupada por uma rainha, a cana-de-açúcar, que representava a prudência, benevolência e doçura das monarcas. A doçura não era uma das virtudes morais ou teologais, mas implicava em um comportamento apreciado entre as rainhas. No caso da cana-de-açúcar, esta trazia consigo a doçura característica das mais saborosas frutas, sendo “tão doce, que é a mesma doçura, porque dela se faz o açúcar, de que procede toda a doçura do mundo; e fruta que não só é doce, mas a origem do que faz tudo doce” (ROSÁRIO, 1702: 47).

A doçura era um elemento presente em monarcas conhecidas da literatura cristã, como Esther, escolhida para ser esposa do Rei Assuero.¹² De acordo com o frei, das muitas donzelas formosas que desejavam se casar com Assuero, Ester se diferenciava por ser dotada de uma “formosura incrível”. Assim como todas as damas reconheceram a formosura e beleza de Esther, as frutas reconheciam a excelência da cana-de-açúcar, pois ainda que fossem doces e formosas, a cana-de-açúcar contava com uma doçura particular, a doçura da qual “nasce o açúcar”. Sendo a cana-de-açúcar a criatura mais doce produzida pelas mãos de Deus, esta planta recebia os mesmos desígnios de Esther, sendo conhecida e adorada como a “Senhora Dona Cana” (ROSÁRIO, 1702: 48).

Para Rosário, a doçura da cana-de-açúcar era tamanha e tão importante, que não lhe cabia apenas uma alegoria. Por este motivo, o franciscano associou a doçura da planta à prosperidade econômica de Portugal,¹³ à contração do homem com Deus¹⁴ e por fim, ao pão da Igreja que era elevado no altar, “aquele suavíssimo pão, que a Igreja

¹² Segundo a literatura bíblica, o Rei Assuero governou todo o território situado entre a Índia e a Etiópia, cerca de cento e vinte e sete províncias. Quando decidiu que era momento de escolher uma esposa, Assuero ordenou aos seus criados que selecionassem todas as mulheres virgens e formosas. Esther era uma dessas mulheres e por sua graça e formosura, rapidamente despertou o interesse de Assuero, que a escolheu como sua esposa (A BIBLIA, 1885: 311-312).

¹³ Em finais do século XVII, período em que escrevia *Frutas do Brasil*, Frei Rosário ressalta que a Índia portuguesa estava assolada por seus pecados e já não proporcionava grandes riquezas ao Reino. Neste período, a cana-de-açúcar havia se tornava “a verdadeira Índia, e mina dos portugueses”, responsável pela prosperidade econômica de Portugal (ROSÁRIO, 1702: 51).

¹⁴ O ato da contração consiste no encolhimento do corpo e no caso da alma, remete ao ato de contração de Deus com a alma humana. Nesta contração espiritual, Deus e a alma preenchem-se um pelo outro, tornando-se apenas um ser. Segundo Frei Rosário, a doçura era um efeito gerado pela verdadeira contração espiritual e para alcança-la, o católico devia enfrentar suas tristezas, vícios e impaciências e se converter a uma vida virtuosa (ROSÁRIO, 1702: 66-68)

chama doçura”. De acordo com o frade, o pão consagrado que remetia ao corpo de Cristo era como um “pão de açúcar”, pois no momento da comunhão, os filhos de Deus encontravam a doçura divina. Relembrando o livro do Êxodo e do momento em que Deus pede a Moisés que ponha sobre a mesa os “pães da proposição”,¹⁵ Rosário afirma que esses eram os pães do sacramento divino, um “pão suavíssimo”, que podia ser compreendido como um pão feito de açúcar, pela grande doçura que carregava consigo, a doçura do encontro dos católicos com Deus no sacramento da eucaristia.

No Nordeste em que Frei Rosário escreve sua obra, o açúcar foi um valioso ingrediente para amenizar o amargor e acidez de alguns frutos e ao ser incorporado em diferentes preparos, como conservas e compotas, contribuiu para uma maior aproximação entre os paladares europeu e brasílico (FREYRE, 1969: 16, 21). Contudo, cabe ressaltar que, segundo o franciscano, a abundância de açúcar podia conduzir os homens ao mundo dos vícios. Se por um lado, a rainha cana transmitia a prudência, por outro, via-se no excesso do doce o pecado da luxúria associado à sensualidade. Para Frei Rosário, a doçura existia em dois âmbitos diferentes, no doce amor divino, por meio de um Deus “doce, e saboroso” (ROSÁRIO, 1702: 59) e na doçura mundana, as “falsas doçuras do mundo”, vinculadas aos prazeres da carne (ROSÁRIO, 1702: 59). Pautando-se na literatura bíblica, Frei Rosário afirma que a natureza humana “por sua má inclinação, e hábito vicioso”, tende a buscar pelos deleites da carne que envolviam, por exemplo, a doçura da sensualidade. Os homens, no entanto, deviam voltar seus esforços apenas à doçura presente no amor de Deus, distanciando-se das mulheres cujas palavras, galas e trejeitos se parecem doces, mas que servem apenas para enganar “os fracos, e miseráveis pecadores” (ROSÁRIO, 1702: 63).

Quase um século antes de Frei Rosário, Frei Barreira havia apresentado a doçura como uma das qualidades mais apreciadas entre as monarcas. Para Barreira, a figueira, árvore mais mencionada na Sagrada Escritura,¹⁶ remetia à doçura, característica valorizada entre as árvores e por este motivo, a figueira havia sido escolhida para ocupar o papel de rainha das plantas (BARREIRA, 1622: 227). Ainda que alguns

¹⁵ Em uma das passagens do livro do Êxodo, Deus fala a Moisés e pede que coloque sobre a mesa diferentes ofertas, como jacintos, peles de cordeiro, azeite, pedras preciosas e por fim, que deposite os “pães da proposição”, complementando a oferta realizada (A BIBLIA, 1885: 51).

¹⁶ Segundo Isidoro de Barreira, a figueira foi mencionada quarenta e duas vezes ao longo do Antigo e do Novo Testamento (BARREIRA, 1622: 227).

homens, como Santo Irineu (130-202), tenham associado a figueira ao fruto proibido,¹⁷ Barreira destacou que esta árvore significava a doçura de Deus com seus filhos. A definição anunciada no *Tractado* foi construída a partir da promessa que Deus havia feito a Moisés e ao povo de Israel, de que eles alcançariam uma terra muito boa, “terra de trigo e cevada, e de vides e figueiras” (A BIBLIA, 1885: 115).

A doçura, segundo Frei Barreira, podia ser perigosa, como era a doçura “dos gostos da vida”, doces falsos e danosos que eram capazes de desvirtuar os cristãos, como ocorreu com os primeiros pais (A BIBLIA, 1885: 2). Segundo Frei Barreira, a doçura que devia ser almejada pelos homens era apenas aquela presente em Deus, ou seja, a doçura da misericórdia e do amor do Criador com seus filhos. Ao referenciar o livro dos Salmos (A BIBLIA, 1885: 341), o religioso ressalta: “só a suavidade de Deus é cheia de sabor santo, que nos consola, e sustenta; que nos fortifica, e faz bem-aventurados, e a que nos dá firmeza, humildade, e caridade perfeitíssima” (BARREIRA, 1622: 227).

Além da doçura evidenciada em diferentes parábolas bíblicas, Frei Barreira ressalta que a árvore da figueira contava com alguns outros mistérios. Diferentemente das demais árvores frutíferas, a figueira não produzia flores antes de gerar seus frutos e assim, “sem dar flores, aparece com fruto” (BARREIRA, 1622: 227).¹⁸ Na visão do religioso, os homens deveriam reproduzir este comportamento da figueira, isto é, sem promover grandes promessas e propagar falsas esperanças, se esforçariam na realização de suas obras. De acordo com o frade, eram muitos os que apareciam com as flores da esperança e poucos os que surgiam com os frutos, as obras concluídas e por isso, o letrado orienta os cristãos: “sejamos como a figueira, que não promete, nem dá

¹⁷ A identificação da figueira como a árvore que serviu ao primeiro pecado foi abordada nos escritos do Novo Testamento. O Apóstolo Mateus afirma que Jesus, após adentrar na cidade de Jerusalém, procurava algo para comer e se deparou com uma figueira desprovida de frutos, revestida apenas com suas folhas. De acordo com o evangelista, Cristo teria dito à planta: “nunca mais nasça o fruto de ti, para sempre” (A BIBLIA, 1885: 580). Para Barreira, Cristo teria amaldiçoado a figueira, deixando-a seca e sem frutos como uma forma de punição à árvore por ter servido como “amparo aos primeiros pecados que no mundo houve” e ressalta que Deus se aborrecia com “coisas que servem [para] amparar ofensas cometidas contra sua divina Majestade” (BARREIRA, 1622: 13).

¹⁸ Frei Barreira dedicou as primeiras páginas de seu *Tractado* para apresentar as significações de todas as partes que compunham a árvore, que remetia ao homem. Para o religioso, as flores significavam esperanças, pois, “assim como das flores se esperam frutos, que elas prometem, assim das esperanças bens, porque sempre esperanças se tem a respeito de bens, e não de males”. Os frutos eram como as obras feitas pelos homens ao longo de suas vidas, os resultados obtidos após os tempos de esperança. De acordo com o frade, os frutos refletiam a conduta dos indivíduos e por isso, “assim como a boa árvore dá bom fruto, assim o bom homem, da bondade de seu coração produz boas obras: e o perverso da malícia interior produz obras perversas: porque cada um faz obras exteriores conforme a qualidade do coração” (BARREIRA, 1622: 17; 27).

esperanças de dar fruto, senão que logo o dá, e aparece com ele, sem descobrir flores, em que há enganos, e perigos do tempo” (BARREIRA, 1622: 227).

Ambos os autores, Frei Isidoro de Barreira e Frei Antônio do Rosário viam as plantas como elementos do cotidiano que serviam aos mais diferentes fins, inclusive, para lembrar aos católicos sobre os comportamentos que os direcionariam ao encontro da vida eterna. As espécies vegetais, no entanto, não refletiam apenas as virtudes morais e humanas, mas também os vícios cometidos pelos homens da antiguidade e dos tempos modernos. Como os religiosos observaram e relataram em suas obras, havia uma linha tênue que diferia a atitude virtuosa da ação pecaminosa.

Dos vícios

Ao quantificarmos as metáforas apresentadas por Frei Barreira e Frei Rosário ao versarem sobre os comportamentos humanos, notamos que o número de virtudes é muito maior do que os vícios atribuídos às espécies vegetais. Ainda que reduzidas, as alegorias sobre os pecados seguiram o mesmo formato, isto é, foram construídas a partir das dimensões físicas das plantas e em alguns casos, moldadas de acordo com os usos de algumas espécies. Na Sagrada Escritura, por exemplo, o profeta Isaías menciona que um dos ramos da árvore do zimbro teria sido utilizado na preparação da coroa de espinhos que foi posta na cabeça de Jesus Cristo no momento de sua crucificação (A BIBLIA, 1885: 436; BARREIRA, 1622: 312). Por essa e outras menções na literatura bíblica, Frei Isidoro de Barreira associou a árvore do zimbro ao pecado.

O zimbro era uma planta áspera, composta apenas por espinhos e desprovida de folhas ou frutos aparentes, uma árvore “nua” (BARREIRA, 1622: 318). Nas primeiras páginas do *Tractado*, Barreira atribuiu significados a cada uma das partes que compunham as árvores e ao versar sobre as folhas, pontuou que estas significavam as palavras e os ensinamentos de Cristo, pois deviam estar fincados nas almas dos homens, assim como as folhas permaneciam presas aos galhos (BARREIRA, 1622: 38-45). No caso do zimbro, Frei Barreira se deparou com uma árvore desprovida de folhas, revestida apenas por espinhos, semelhante à alma preenchida por pecados e afirmou que estas eram uma alma e uma árvore “nua de graça, e de virtudes” (BARREIRA, 1622: 318). Alegorizando o pecado, o zimbro foi anunciado como o eixo a partir do qual se sustentavam os sete pecados capitais – gula, avareza, luxúria, ira, inveja, preguiça e

vaidade – vícios que deviam ser lembrados pelos cristãos. O católico que buscasse o caminho das virtudes não devia se esquecer dos desvios cometidos, pois, ao reconhecê-los, era capaz de repensar a sua conduta, arrepender-se dos seus pecados e com isso, evitar repeti-los (CASAGRANDE & VECHIO, 2003: 14).

Enquanto a árvore das virtudes mantinha suas raízes envolvidas na caridade, a árvore do zimbro detinha suas raízes presas na avareza. Para Frei Barreira, a avareza era o pior dos vícios, constituindo o principal alimento dos hipócritas e pecadores e por isso, compreendida como a “mãe” de todos os pecados (BARREIRA, 1622: 319). Ao escrever sobre a avareza, Frei Barreira destaca que esta era a “arte de todos os vícios, e causa de toda a injustiça, a qual de homens, faz cães e de cães os faz demônios, porque a todos os que pecam de avareza, faz cruéis, e tiranos contra si, e contra o próximo” (BARREIRA, 1622: 319).

Mesmo com um tronco coberto pelos espinhos, a árvore do zimbro gerava ramos que, segundo Frei Barreira, proporcionavam a existência de outros pecados, como “a perdição, o engano, o refolho, perjúrios, violências, inquietação da alma, e todas as durezas do coração contra a misericórdia” (BARREIRA, 1622: 320). O sujeito avarento, que se deixasse levar pela soberba, desconhecía a importância da compaixão com seus irmãos, sobretudo com os mais pobres. Barreira afirmava que esta falta de misericórdia proporcionava ao avarento uma posição intermediária no mundo. Sua alma se situava entre o plano divino e o plano terreal, pois ao deixar de se compadecer com a miséria do seu próximo, o avarento esquecia a sua condição humana no mundo físico e como consequência, não podia ascender ao Céu, porque não trazia consigo os pensamentos e condutas virtuosas (BARREIRA, 1622: 320). Afastando-se do céu, o indivíduo avarento em muito se assemelhava à estirpe vegetal, pois assim como a raiz do zimbro se escondia no interior do solo, a avareza era como um cárcere na vida dos homens, tornando-os cegos e incapazes de ver a luz divina. No lugar da terra que encobria a base da planta, o pecador era revestido pela cobiça que lhe retirava suas liberdades (BARREIRA, 1622: 319).

A figura da árvore foi retomada em diferentes considerações do *Tractado*, não apenas para apresentar as espécies analisadas, mas por ser um modelo para as reflexões sobre o desenvolvimento das virtudes morais, plantadas na raiz da caridade e dos pecados carniais, enraizados na avareza. O uso da árvore para refletir sobre a origem e a formação dos vícios e virtudes morais, possivelmente esteve relacionado ao importante

papel que foi atribuído à planta na literatura bíblica (RITCHEY, 2014: 19). De acordo com o livro do Gênesis, as árvores estiveram entre as primeiras criações de Deus e seus frutos serviam para alimentar Adão e Eva (A BIBLIA, 1885: 1). Concluída a criação do Éden, a planta é novamente mencionada quando Adão e Eva consumiram do fruto gerado pela “árvore da ciência do bem e do mal” (A BIBLIA, 1885: 1-2). Ao serem descobertos por Deus, ambos foram repreendidos e em seguida, expulsos do “jardim das delícias”.¹⁹

Frei Rosário, ao tratar da árvore que gerava as jabuticabas, também concedeu ênfase às raízes. Na descrição das plantas que compunham o estado Eclesiástico, como os mamões e melões, o religioso destaca que os frutos da jabuticabeira, apesar de cheirosos, não compunham este estamento. A exclusão das jabuticabas era explicada pela condição da sua raiz que, por permanecer exposta, ausente de terra que a cobrisse, representava “os interesses demasiados, as cobiças insaciáveis” (ROSÁRIO, 1702: 111). Assim como Barreira, Rosário compreendia a cobiça e a ganância como comportamentos diretamente relacionadas ao pecado da avareza,²⁰ esta última, apreendida pelo franciscano como sendo “a raiz de todos os males” (ROSÁRIO, 1702: 110). Assim, as pequenas frutas não podiam pertencer a um espaço reservado aos sacerdotes, homens cujas virtudes serviam para alimentar e remediar todos os homens e frutas (ROSÁRIO, 1702: 107).

A ganância e cobiça também eram vícios repreendidos entre as frutas da nobreza. Em *Frutas do Brasil*, Frei Rosário escreve que nas amplas terras e sítios que compunham a América portuguesa era possível encontrar fidalgos que se vestiam com as melhores sedas, que comiam e sustentavam homens e mulheres, mas sempre de

¹⁹ Cabe ressaltar que ao longo da Idade Média e do período moderno, houve diferentes tentativas de delimitar qual teria sido a árvore e o fruto que levaram à expulsão de Adão e Eva do Paraíso. Como abordado, Frei Barreira apresenta a figueira como sendo a árvore da ciência do bem e do mal. O Pe. Raphael Bluteau (1638-1734), autor do *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botânico ...* descreveu a banana como sendo o fruto proibido e que resultou na queda dos primeiros pais. Segundo Bluteau, “quando o cacho [da bananeira] quer brotar a fruta, (e cada um deles tem quarenta, cinquenta, e mais bananas) dá gemidos, como mulher, que quer parir”. Além disso, Bluteau ressalta que “na Bahia é opinião comum, que esta fruta foi a que Deus proibiu a Adão no Paraíso” (BLUTEAU, 1712-1728: 103). A descrição construída pelo padre, ia ao encontro da narrativa anunciada no livro do Gênesis, segunda a qual, Eva, após consumir da fruta proibida foi punida pelo Criador e condenada a sofrer com um parto doloroso (A BIBLIA, 1885: 2).

²⁰ Quando comparada aos demais pecados capitais, a avareza seria a “última” dos vícios espirituais, antecedendo apenas aos vícios carnis, posicionada entre os desejos da alma e as vontades do corpo. Esta condição lhe conferia uma natureza particular, pois a avareza contemplava um prazer espiritual, referente ao fato de possuir algo e por este mesmo motivo, envolvia também um prazer carnal, vinculado ao constante desejo pela riqueza e bens materiais, externos à alma (CASAGRANDE & VECHIO, 2003: 153-193)

forma alheia, acumulando dívidas e sem ter condições de pagá-las (ROSÁRIO, 1702: 138). Para o franciscano, este tipo de fidalgo podia ser associado ao cajá, fruta semelhante à ameixa, de boa cor e preenchida com um grande caroço (HUE, 2008: 49). Frei Rosário relata que a cobiça destes fidalgos era tão grande, que ao mastigarem o cajá não se atentavam à semente e acabavam consumindo a fruta inteira. Para o religioso, a ingestão do caroço era uma metáfora para o comportamento destes homens que, de tão gananciosos, se engasgavam com seus desejos e assim, acabavam morrendo. Tais nobres viviam de forma desregrada, mantendo-se “cegos dos vícios” (ROSÁRIO, 1702: 138) e ao comerem do cajá, deixavam de lado uma vida de humildades e passavam a se comportar como “senhor da terra do engenho, da fazenda que não era sua” (ROSÁRIO, 1702: 138). Tais desvios eram observados por Deus e por este motivo, o religioso aponta que estes homens “tem ou ter[ão] seu jazigo, o seu lá jaz no inferno pelo cajá da sua vil, e feia fidalguia” (ROSÁRIO, 1702: 138). Como apontado pelo frei, o cajá não remetia apenas à cobiça em relação aos bens alheios, mas também envolvia a ganância em desrespeitar a hierarquia estabelecida por Deus e os desejos de ascender à camada social da nobreza sem prover das devidas condições para ali sobreviver.

Assim como relataram sobre as plantas que remetiam às virtudes, Frei Barreira e Frei Rosário não deixavam de reconhecer a importância de toda a vegetação criada por Deus e do mesmo modo, não condenavam o consumo de árvores, frutos e raízes que foram associados aos pecados. Em suas narrativas, ambos os religiosos evidenciam que estas espécies compunham a criação divina e que as alegorias envolvendo plantas como o zimbro, a jabuticaba e o cajá serviam, apenas, para contemplar os desvios morais da humanidade.

Considerações finais

Oito décadas separam as duas obras, *Tractado das significações das plantas, flores, e fructos que se referem na Sagrada Escripura* e *Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia*. Ressaltamos que não é possível afirmar que Frei Antônio do Rosário conheceu ou consultou a obra de Frei Isidoro de Barreira ou que o *Tractado* tenha servido como base para as diferentes alegorias envolvendo as plantas da América portuguesa. Apesar das distinções que marcam ambas as narrativas, podemos delimitar dois aspectos comuns. O primeiro deles foi o vocabulário partilhado pelos dois letrados,

pois ambos construíram suas narrativas a partir de personagens e passagens extraídos da bíblia cristã, bem como de alguns textos produzidos por teólogos e outros letrados que versaram sobre esta literatura. O segundo é o uso de elementos da flora – ervas, árvores, frutos, folhas, flores, ramos, espinhos, sementes e raízes – para evidenciar, de forma quase empírica, as virtudes e os vícios praticados pelos cristãos.

Ao alegorizarem as mais diferentes espécies – algumas mais conhecidas, como a cana-de-açúcar e a figueira e outras menos recorrentes, como o zimbro e o cajá – Frei Barreira e Frei Rosário intentaram refletir sobre o comportamento de homens, mulheres, monarcas, fidalgos e sacerdotes. Sob um olhar católico, estes religiosos estabeleceram significados e alegorias morais envolvendo as plantas e com isso, buscaram demonstrar como as ações humanas poderiam aproximar ou afastar os católicos da vida eterna. Assim, ao redigirem suas metáforas e elucidarem os erros e acertos cometidos, Frei Barreira e Frei Rosário não mediram esforços para auxiliar seus leitores no caminho da salvação de suas almas.

Fontes

A *BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento* (1885). Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes.

ANCHIETA, Ir. José de (1933 [1560]). Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. In. *CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A.

BARREIRA, Fr. Isidoro de (1622). *Tractado das significaçoes das plantas, flores, e fructos que se referem na Sagrada Escripura. Tiradas das divinas, & humanas letras, com suas breves considerações*. Lisboa: Pedro Craesbeeck Impressor del Rey.

_____. (1698). *Tratado das significações das plantas, flores, e fruttos, que se referem na sagrada escriptura, tiradas de divinas e humanas letras, com suas breves considerações*. Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra.

BARBOSA, Diogo (1747). *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica*. Na qual se comprehende a noticia dos autores portuguezes, e das obras, que compuzeraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente offerecida ao excellentissimo, e reverendíssimo senhor D. Fr. Joze Maria da Fonceca, e Evora. Tomo II. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues.

- BLUTEAU, Rafael (1712-1728). *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...* : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva.
- CARDIM, Fernão (1925). *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia.
- DANIEL, Padre João (2004 [1974]). *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.
- LISBOA, Frei Cristóvão de (1967). *História dos animais e árvores do Maranhão*. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino.
- ROSÁRIO, Fr. Antonio do (1702). *Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia*, consagrada à santíssima Senhora do Rosario. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram.
- SALVADOR, Fr. Vicente do (1889). *Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos.
- SOARES, Francisco (1966). *Coisas Notáveis do Brasil*. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- VASCONCELLOS, Pe. Simão de (1663). *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Porvincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES (2006). *De Anima*. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo.
- BIRON, Berty R. R (2012). Frei Antônio do Rosário (1647 – 1704). *RCL, Convergência Lusítada*, Rio de Janeiro. n. 28, p. 206 – 209, jul./dez. Disponível

- em < <https://periodicos.uff.br/revistaabril/article/view/29800>>. Acesso em 05. Jun. 2019.
- CARVALHO, Teresa Nobre de (2020). The Natural Frontiers of a Global Empire: The Pineapple – Ananas comosus – In Portuguese Sources of the 16th Century. *Humanities*, Vol. 9, n. 3, pp. 1-21. Disponível em < <https://www.mdpi.com/2076-0787/9/3/89>>. Acesso em 20. Jan. 2021.
- CASAGRANDE, Carla & VECCHIO, Silvana (2003). *Histoire des péchés capitaux au Moyen Âge*. Collection historique dirigée par Alain Corbin et Jean-Claude Schmitt. Paris: Editions Aubier.
- CELANO, Anthony (2015). *Aristotle's Ethics and Medieval Philosophy*. Moral Goodness and Practical Wisdom. Cambridge: Cambridge University Press.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre (2021). Cristãos no além mar: pregações para os estados da monarquia. In. ROSÁRIO, Antônio do. *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia, consagrada à Santíssima Senhora do Rosário*. Edição, estudos e notas de Ricardo Alexandre Ferreira. São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 9-43
- FREYRE, Gilberto (1969). *Açúcar*. Em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no nordeste canavieiro do Brasil. 2ª edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool.
- GESTEIRA, Heloísa (2013). A América portuguesa e a circulação das plantas, séculos XVI – XVIII. In. KURY, Lorelai (org). *Usos e circulação das plantas no Brasil, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson.
- HONOR, André Cabral (2014). O envio dos carmelitas à América portuguesa em 1580: a carta de Frei João Cayado como diretriz de atuação. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 20, pp.1-10. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/tem/a/m9RtwcqDBxYz5HjJ5v3SPMJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 10. Set. 2021.
- LEITE, Serafim (2006). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Século XVI – O Estabelecimento. Tomo II. Século XVI – A Obra. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão (1999). *Natureza em Boiões*. Medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Editora da Unicamp.
- RITCHEY, Sara (2014). *Holy Matter*. Changing perceptions of the material world in late medieval christianity. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- SHERWIN, Michael S (2012). *By knowledge & by love. Charity and knowledge in the moral theology of St. Thomas Aquinas*. Washington: The Catholic University of America.

Janaina Salvador Cardoso

WILLEKE, Fr. Venâncio (1974). *Missões Franciscanas no Brasil (1500/1975)*.
Petrópolis: Editora Vozes.

Artigo recebido em 07 de dezembro de 2021.

Aprovado em 19 de maio de 2022.

DOI: 10.12957/intellectus.2022.63951